



ORÇAMENTO 2024



RELATÓRIO ORÇAMENTO 2024

Conteúdo

Índice de Quadros.....	ii
I. NOTA DE ABERTURA.....	1
II. ENQUADRAMENTO GERAL.....	3
1. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2024.....	3
2. Princípios e opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2023.....	5
3. Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2024.....	6
4. Apresentação do Orçamento.....	7
III. PREVISÃO DAS RECEITAS.....	9
1. Contextualização das receitas.....	9
2. Receitas fiscais.....	10
3. Receitas não fiscais.....	11
3.1 Rendimentos de Propriedade.....	11
3.2 Transferências correntes.....	12
3.3 Venda de bens e serviços correntes.....	12
3.4 Transferências de capital.....	13
4. Receitas não fiscais.....	13
IV. PREVISÃO DE DESPESAS.....	14
1. Contextualização das Despesas.....	14
2. Despesas correntes.....	15
2.1 Despesas com pessoal.....	15
2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços.....	15
2.3 Encargos correntes da dívida.....	17
2.4 Transferências correntes.....	17
2.5 Outras despesas correntes.....	17
3. Despesas de Capital.....	18
3.1 Aquisição de bens de capital.....	18
4. Serviço da Dívida.....	20
5. Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis.....	20

5.1 Classificação Funcional das Despesas Autárquicas	20
5.2 Objetivos Estratégicos	20

Índice de Quadros

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental	7
Quadro 2 – Receitas e despesas por Classificação Económica.....	7
Quadro 3 - Saldo Global Efetivo	8
Quadro 4 - Receita por Classificação Económica.....	9
Quadro 5 - Receitas fiscais.....	10
Quadro 6 - Receitas não fiscais excluídos os ativos e passivos financeiros	11
Quadro 7 - Receitas provenientes de transferências de correntes.....	12
Quadro 8 - Receitas provenientes de transferências de capital	13
Quadro 9 - Receita consignada	13
Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica.....	14
Quadro 11 - Despesas com Pessoal por Natureza Económica Excluindo Senhas dos Membros da Assembleia Municipal	15
Quadro 12 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes por Natureza Económica.....	16
Quadro 13 - Despesas com Transferências Correntes por Natureza Económica	17
Quadro 14 - Outras Despesas Correntes por Natureza Económica.....	17
Quadro 15 - Aquisição de Bens de Capital por Natureza Económica.....	19
Quadro 16 - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.....	20
Quadro 17 - Orçamento por Eixos e Programas das Grandes Opções do Plano (GOP), não contabilizando as Extra GOP.....	21

I. NOTA DE ABERTURA

O Orçamento Municipal que apresentamos reflete a ambição do atual executivo para o próximo quadriénio, assente no programa eleitoral que foi sufragado por ampla maioria pelos fornenses nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021.

O trajeto de responsabilidade, prudência e boa gestão dos dinheiros públicos iniciado em outubro de 2013, continuará a ser um princípio basilar da nossa ação governativa.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico do Município para o próximo quadriénio assenta em 8 eixos considerados fundamentais:

1. Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável;
2. Promover o desenvolvimento económico de Fornos de Algodres;
3. Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens;
4. Prestar serviços de excelência e inovadores;
5. Disponibilizar excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças;
6. Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade;
7. Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental;
8. Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com Outras Instituições do Território.

Para alcançarmos resultados de excelência em cada um destes 8 eixos, apresentamos 23 programas que darão resposta a essa ambição, nomeadamente:

1. Programa de Transferência de Competências da Ação Social;
2. Programa de apoio a grupos vulneráveis;
3. Programa de Valorização e Dinamização da Economia;
4. Programa de Valorização da Produção Local;
5. Programa Estratégico de Promoção Turística;
6. Programa de Proteção de Bens e Pessoas;
7. Programa de Valorização da Floresta e Espaços Verdes;
8. Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados;
9. Programa de Ação Local para Juventude em Fornos de Algodres;
10. Programa de Requalificação da Escola de Figueiró da Granja;

11. Programa da Descentralização da Educação;
12. Programa "CulturFornos";
13. Programa de Promoção da Atividade Física e Desportiva;
14. Programa Municipal de Gestão Hídrica;
15. Programa Municipal de Gestão de Águas Residuais;
16. Programa de Gestão de Resíduos e Economia Circular;
17. Programa de Promoção da Eficiência Energética;
18. Programa Municipal de Mobilidade Sustentável;
19. Programa Municipal de Educação Ambiental;
20. Programa Municipal de Promoção do Bem Estar Animal;
21. Programa de Melhoria do Espaço Urbano;
22. Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva das Infraestruturas Municipais;
23. Programa de Parecerias e Candidaturas;

O sucesso da implementação de cada um destes programas é a garantia da realização do compromisso assumido com os fornenses e da melhoria das condições de vida, sociais, económicas, culturais e ambientais do concelho de Fornos de Algodres.

Os projetos e ações subjacentes a cada um deles está presente nas Grandes Opções do Plano, de modo que seja possível acompanhar com maior pormenor toda a atividade realizada pelo Município de Fornos de Algodres ao longo do mandato.

Este é o caminho que pretendemos trilhar, com todos os fornenses sem exceção, de modo a conquistarmos um futuro melhor para o nosso concelho nos próximos anos.

Contamos convosco!

Fornos de Algodres, 24 de novembro de 2023

O Presidente da Câmara Municipal

[Assinatura
Qualificada]

**ANTÓNIO MANUEL
PINA FONSECA**

Assinado de forma digital por
[Assinatura Qualificada]
ANTÓNIO MANUEL PINA
FONSECA
Dados: 2023.11.24 14:22:17 Z

II. ENQUADRAMENTO GERAL

1. Economia Portuguesa: Evolução Recente e Perspetivas para 2024

A presente proposta de Orçamento foi elaborada de acordo com os grandes objetivos estratégicos definidos no programa autárquico para o mandato 2021/2025, tendo em conta o enquadramento nacional e europeu que se pode inferir dos principais indicadores macroeconómicos nacionais e internacionais que, de acordo com as projeções do Conselho das Finanças Públicas (CFP) no ano 2023, o crescimento do produto interno bruto (PIB) é de 2,0%, e prevê-se um abrandamento para 1,6% em 2024, seguido de uma recuperação gradual para 2,0% até ao ano 2027. Esta projeção está alicerçada, essencialmente no desempenho robusto observado no consumo privado e exportações durante a primeira metade do ano. Por seu turno, a projeção para 2024 constitui uma revisão em baixa do valor apresentado no exercício anterior, fundamentada nas revisões em baixa no ritmo de crescimento das exportações e da formação bruta de capital fixo (FBCF), em resultado da degradação das perspetivas económicas para os principais parceiros comerciais de Portugal e da incerteza e do agravamento dos custos de financiamento da economia, respetivamente.

Para o mercado de trabalho, o presente cenário revê em alta as perspetivas para a criação de emprego em 2023 em 1,0 p.p., estimando um crescimento de 1,2%. Já a estimativa para a taxa de desemprego mantém-se inalterada em 6,4% da população ativa. Os anos seguintes encontram-se já condicionados pelas perspetivas demográficas desfavoráveis, pelo que o ritmo de criação de emprego deverá aproximar-se de uma taxa nula, enquanto a taxa de desemprego deverá diminuir gradualmente até 6,0%.

Não obstante a persistência em 2023 de pressões inflacionistas relevantes, o CFP revê em baixa a sua projeção para a taxa de inflação, medida pelo ritmo de crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), ao longo de todo o horizonte de projeção, destacando-se as revisões mais expressivas em 2023 (-0,7 p.p. para 5,2%) e 2024 (-0,3 p.p. para 2,8%). Esta revisão espelha o perfil descendente projetado para o preço dos bens alimentares e energéticos nos mercados internacionais. No médio prazo, antecipa-se que o ritmo de crescimento do IHPC desacelere de forma gradual até 2,0%.

A projeção orçamental assente na hipótese de não alteração das medidas de política aqui apresentada, embora favorável, encontra-se sujeita aos riscos descendentes evidenciados na projeção macroeconómica. Um abrandamento mais forte da economia traduzir-se-ia automaticamente em menos receita do que a projetada, mais despesa cíclica e na manutenção do grosso da despesa rígida, o que deterioraria o saldo projetado. Na atual conjuntura de restritividade da política monetária, a estes efeitos, usualmente designados por estabilizadores automáticos, acresce um aumento dos encargos com os juros da dívida pública. Se no passado recente, não obstante a dívida relativamente elevada, Portugal beneficiou de forma sucessiva de encargos com juros claramente decrescentes, que muito contribuíram para a redução do desequilíbrio orçamental, tal não se irá repetir no horizonte de projeção. Com efeito, em 2014, no final do período do programa de ajustamento o peso dos juros no PIB ascendia a 4,9% do PIB, em 2019

correspondia a 3% do PIB e em 2022 a 2% do PIB. Já neste horizonte de projeção (ou seja, entre 2023 e 2027) projeta-se um acréscimo deste encargo com juros em 0,5 p.p. do PIB. Assim, considerando a evolução provável das variáveis orçamentais, na hipótese de manutenção das políticas em vigor, a atualização do cenário orçamental de médio prazo aponta para que se atinja já em 2023 um excedente orçamental de 0,9% do PIB, mais de dois terços dos quais explicados pela conjuntura económica favorável. Trata-se de uma revisão em alta do saldo orçamental projetado para este ano em 1,4 p.p. do PIB, explicada sobretudo pelo contributo da receita fiscal e contributiva (1,2 p.p. do PIB).

Tal como nos últimos relatórios, o presente cenário macroeconómico do CFP encontra-se pautado por um enquadramento de elevada incerteza, com os riscos a penderem, maioritariamente, de forma ascendente sobre a evolução dos preços e de forma descendente sobre a atividade económica. Deste modo, o enraizamento da inflação subjacente em valores elevados, a desancoragem das expectativas de inflação de médio prazo e o eventual recrudescimento do preço das matérias-primas energéticas poderão conduzir a uma taxa de inflação superior e mais persistente do que a atualmente projetada pelo CFP. Consequentemente, a manutenção ou mesmo intensificação do grau de restrição da política monetária poderá penalizar quer a atividade económica nacional, quer a procura externa.

No que respeita à Administração Local, o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, prevê a vinculação da despesa e da receita a um quadro plurianual de programação orçamental numa base móvel de quatro anos. De acordo com o previsto no n.º 46 do ponto 11 da Norma de Contabilidade Pública (NCP 26) do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos Lei n.os 85/2016 e 33/2018, de 21 de dezembro e 15 de maio, respetivamente, as demonstrações orçamentais a elaborar são: Orçamento e Plano Orçamental Plurianual (ano seguinte, mais 4 anos); Plano Plurianual de Investimentos.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, foi de aplicação obrigatória a todas as entidades que compõem o perímetro das Administrações Públicas. Para as entidades integradas no subsetor da administração local, a entrada em vigor do supracitado diploma foi prorrogada, sendo que o artigo 98.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano de 2019), conjugado com o artigo 86.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019 (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), determinaram a entrada em vigor do novo referencial contabilístico para as mencionadas entidades, na sua plenitude, a 1 de janeiro de 2020.

O orçamento agora apresentado continua a ser influenciado pela Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto – aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM) – que determina o capital social do fundo e a respetiva contribuição dos municípios.

2. Princípios e opções do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2023

Este orçamento foi elaborado pelo processo de orçamentação de base zero, nos termos do preceituado na lei de enquadramento orçamental.

O orçamento para 2024 apresenta um **acréscimo de receita** de 577.583€ ou seja, mais 5,7 % face ao ano de 2023. Este significativo aumento está associado ao acréscimo das transferências correntes (921.269€) e das vendas de bens e serviços correntes (455.550€).

Rigor e consolidação das finanças municipais, continuarão a ser os principais objetivos que marcarão a política orçamental deste executivo durante o seu mandato autárquico. O controlo e a redução sistemática da dívida global, a par com o rigor, seletividade e permanente avaliação da despesa municipal, manter-se-ão como vetores centrais de uma adequada disciplina financeira.

A proposta de orçamento do Município de Fornos de Algodres para o ano de 2024 tem por base os pressupostos do Plano de Ajustamento Municipal apresentado ao FAM, bem como as prioridades do atual executivo, sufragadas em 26 de setembro de 2021.

Os princípios orientadores que lhe estão implícitos são os a seguir elencados:

1. Rigor, avaliação e prudência nos pressupostos que serviram de base, à projeção da receita e da despesa;
2. Seletividade da despesa;
3. Consolidação da situação financeira da autarquia;
4. Convergência de meios nas principais prioridades sufragadas pelos munícipes, em 26 de setembro de 2021.

O **orçamento da despesa contempla um valor global de 10.2793.163€** representando um acréscimo de 577.583€, relativamente ao ano transato.

As prioridades para 2024 figuram no orçamento através de **8 objetivos estratégicos** transversais ao Município, que enquadram o programa autárquico sufragado em 2021, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (PAR) de 2023, assim designados:

1. Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável;
2. Promover o desenvolvimento económico de Fornos de Algodres;
3. Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens;
4. Prestar serviços de excelência e inovadores;
5. Disponibilizar excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças;
6. Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade;

7. Melhorar o desenho urbano do concelho, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental do concelho;
8. Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com Outras Instituições do Território.

3. Estrutura do Orçamento do Município de Fornos de Algodres para 2024

O orçamento para 2024 divide-se em 2 classificações orgânicas:

01 - Assembleia Municipal

02 - Câmara Municipal

Esta estrutura releva a dimensão política do orçamento e, simultaneamente flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica espelhando os resultados a obter.

Através das Grandes Opções do Plano (GOP), que envolvem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Mais Relevantes (AMR), é realizado o controlo do orçamento por serviço/divisão responsável.

Cada unidade orgânica terá o seu orçamento por programas, acompanhando a execução dos projetos bem como o plano de atividades.

Neste modelo, os objetivos estratégicos estão de acordo com as orientações de contenção de despesa e da Estratégia Municipal delineada para o período 2021-2025 e, com as metas estabelecidas na Divisão de Administração Geral e pela Divisão Técnica Municipal.

Nesta configuração os objetivos estratégicos para o ano de 2024 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral de 2021-2025, facilitando desse modo a articulação entre estes dois instrumentos de planeamento autárquico. Esta configuração torna ainda possível a articulação destes dois instrumentos com os objetivos a estabelecer no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

4. Apresentação do Orçamento

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico apresenta um acréscimo na ordem de 577.583€. A **receita corrente** atingirá um montante de 9.107.854€, que suporta a **despesa corrente** de 7.746.363€, enquanto a **receita de capital** atinge o valor de 1.685.209€ para uma despesa de capital de 2.640.840€.

De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI – Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro) “os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”.

Acresce que nos termos do n.º 2, do artigo 40.º do mesmo diploma legal, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.” Na elaboração do Orçamento do Município de Fornos de Algodres, foi devidamente acautelado o cumprimento do equilíbrio orçamental.

Quadro 1 – Equilíbrio Orçamental

(Un.: euro)

Receita Corrente Prevista	Despesa Corrente Prevista	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Varição
1	2	3	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
9 107 854 €	7 446 363 €	821 127 €	8 267 490 €	-840 364

Quadro 2 – Receitas e despesas por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2024		Designação da Rubrica	2024	
	Valor	%		Valor	%
Receitas Correntes a)	9 107 854	74,8%	Despesas Correntes	7 446 363	69,0%
Impostos directos	837 508	7,5%	Despesas com pessoal	3 149 031	29,2%
Impostos indirectos	2 606	0,0%	Aquisição de bens e serviços	3 184 847	29,5%
Taxas, multas e outras penalidades	129 704	1,1%	Juros e outros encargos	242 528	2,2%
Rendimentos da propriedade	238 707	2,3%	Transferências correntes	802 162	7,4%
Transferências correntes	6 895 601	58,5%	Subsídios	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	878 324	4,1%	Outras despesas correntes	67 795	0,6%
Outras receitas correntes	125 404	1,2%			
Receitas de Capital b)	1 685 209	25,2%	Despesas de Capital	2 640 840	24,5%
Venda de bens de investimento	100	0,0%	Aquisição de bens de capital	2 640 840	24,5%
Transferências de capital	1 684 909	25,2%	Transferências de capital	0	0,0%
Outras receitas de capital	100	0,0%	Outras despesas de capital	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100	0,0%			
Total das Receitas Efetivas c) = a) + b)	10 793 063	100,0%	Total das Despesas Efetivas	10 087 203	93,5%
Activos financeiros	0	0,0%	Activos financeiros	0	0,0%
Passivos financeiros	100	0,0%	Passivos financeiros	705 960	6,5%
Total das Receitas não Efetivas d)	100	0,0%	Total das Despesas não Efetivas	705 960	6,5%
Total e) = c) + d)	10 793 163	100,0%	Total	10 793 163	100,0%

Em termos de **receita**, destaca-se a continuação da forte dependência da receita proveniente das transferências correntes que contribuem em 58,5% para a receita total.

No que se refere à despesa destaca-se o peso das aquisições de bens e serviços (29,5%), dos encargos com pessoal (29,2%) e das aquisições de bens de capital (24,5%) que representam, em conjunto, 83,2% do total da despesa.

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima expostas serão objeto de análise detalhada nos capítulos seguintes.

No que diz respeito à evolução do orçamento face a 2023, conforme referido anteriormente, verifica-se um acréscimo relativamente ao ano transato em 577.583€.

Quadro 3 - Saldo Global Efetivo

(Un.: euro)

Despesas		2023	2024	Variação	
				%	€
Despesas Correntes	1)	6 818 755	7 446 363	9,2%	627 608
Despesas de Capital	2)	2 690 226	2 640 840	-1,8%	-49 386
Total Despesas Efetivas	3) = 1)+2)	9 508 981	10 087 203	6,1%	578 222
Total Despesas não efetivas	4)	706 599	705 960	-0,1%	-639
Total das Despesas	5) = 3)+4)	10 215 580	10 793 163	5,7%	577 583

III. PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Contextualização das receitas

A previsão de receita municipal para o ano de 2024 é de **10.793.163€**, traduzindo um aumento de 5,7% face à estimativa inicial para o orçamento do ano de 2023. O aumento na receita total, em termos absolutos é de 577.583€.

Da receita total estimada para 2024, prevê-se que 9.107.854€ tenha origem em receitas correntes (84,4%), 1.685.209€ em receitas de capital (15,6%) e 100€ em receita não efetiva.

Quadro 4 - Receita por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes a)	7 641 378	74,8%	9 107 854	84,4%	1 466 476	19,2%
Impostos directos	769 565	7,5%	837 508	7,8%	67 943	8,8%
Impostos indirectos	3 226	0,0%	2 606	0,0%	-620	
Taxas, multas e outras penalidades	113 779	1,1%	129 704	1,2%	15 925	14,0%
Rendimentos da propriedade	239 452	2,3%	238 707	2,2%	-745	-0,3%
Transferências correntes	5 974 332	58,5%	6 895 601	63,9%	921 269	15,4%
Venda de bens e serviços correntes	422 774	4,1%	878 324	8,1%	455 550	107,8%
Outras receitas correntes	118 251	1,2%	125 404	1,2%	7 153	6,0%
Receitas de Capital b)	2 574 102	25,2%	1 685 209	15,6%	-888 893	-34,5%
Venda de bens de investimento	2 400	0,0%	100	0,0%	-2 300	-95,8%
Transferências de capital	2 571 602	25,2%	1 684 909	15,6%	-886 693	-34,5%
Outras receitas de capital	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,0%	100	0,0%	100	
Total das Receitas Efetivas c) = a) + b)	10 215 480	100,0%	10 793 063	100,0%	577 583	5,7%
Activos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	
Passivos financeiros	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total das Receitas não Efetivas d)	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Total e) = c) + d)	10 215 580	100,0%	10 793 163	100,0%	577 583	5,7%

A estimativa da **receita corrente** apresenta um acréscimo de 19,2%, comparativamente ao orçado para o ano de 2023, traduzindo-se em mais 1.466.476€, pelo efeito das receitas fiscais (impostos diretos), venda de bens e serviços correntes e das transferências correntes.

A variação estimada nas receitas de capital em -34,5% para 2024, em comparação com o orçado de 2023, resulta, essencialmente, de existirem candidaturas aos fundos comunitários já submetidas pelo Município de Fornos de Algodres que aguardam análise por parte das entidades competentes e, outras, que tiveram o seu término em 2023.

2. Receitas fiscais

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a **969.818€**.

No quadro seguinte é possível compreender que a receita fiscal tem um acréscimo igual 83.248, representando um aumento, face ao orçado em 2023, de 9,4%.

Quadro 5 - Receitas fiscais

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2023	2024	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Impostos diretos	769 565	837 508	67 943	8,8%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	507 905	522 550	14 645	2,9%
Imposto Único de Circulação (IUC)	94 254	110 430	16 176	17,2%
Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT)	127 746	156 668	28 922	22,6%
Derrama	39 660	47 860	8 200	20,7%
Impostos indiretos	3 226	2 606	-620	-19,2%
Mercados e feiras	482	0	-482	-100,0%
Loteamentos e obras	399	1 224	825	206,8%
Ocupação da via pública	24	24	0	0,0%
Publicidade	500	100	-400	-80,0%
Taxa municipal de direitos de passagem	1 145	1 158	14	1,2%
Outros	677	100	-577	-85,2%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	113 779	129 704	15 925	14,0%
Mercados e feiras	809	2 466	1 657	205,0%
Loteamentos e obras	5 415	4 996	-419	-7,7%
Ocupação da via pública	604	588	-16	-2,6%
Taxa de Disponibilidade - Abastecimento de Água	92 861	106 304	13 443	14,5%
Outras	9 066	8 634	-432	-4,8%
Juros de mora	1 763	2 212	449	25,4%
Juros compensatórios	2 817	2 898	81	2,9%
Multas e penalidades diversas	445	1 606	1 161	260,9%
Total	886 570	969 818	83 248	9,4%

3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais estimadas para 2024, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 9.823.245€, representando em termos globais, um acréscimo de 5,3%, relativamente ao orçamento inicial de 2023. O peso das receitas não fiscais sobre a receita total é de 91,01%.

Quadro 6 - Receitas não fiscais excluídos os ativos e passivos financeiros

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	6 754 808	72,4%	8 138 036	82,8%	1 383 228	20,5%
Rendimentos da propriedade	239 452	2,6%	238 707	2,4%	-745	-0,3%
Transferências correntes	5 974 332	64,0%	6 895 601	70,2%	921 269	15,4%
Venda de bens e serviços correntes	422 774	4,5%	878 324	8,9%	455 550	107,8%
Outras receitas correntes	118 251	1,3%	125 404	1,3%	7 153	6,0%
Receitas de Capital	2 574 102	27,6%	1 685 209	17,2%	-888 893	-34,5%
Venda de bens de investimento	2 400	0,0%	100	0,0%	-2 300	-95,8%
Transferências de capital	2 571 602	27,6%	1 684 909	17,2%	-886 693	-34,5%
Outras receitas de capital	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	0	0,0%	100	0,0%	100	
Total	9 328 910	100,0%	9 823 245	100,0%	494 335	5,3%

Da análise do quadro anterior, conclui-se que da agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 82,8% respeitam a receitas correntes e 17,2% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de Propriedade

O montante estimado em rendimentos de propriedade - 238.603€ -, respeitam na sua maioria a contratos de concessão com a EDP Distribuição, S.A. e ao Parque Eólico do Pisco, S.A.

3.2 Transferências correntes

O valor das transferências correntes tem por base a proposta de orçamento do estado para o ano de 2024, bem como receitas provenientes de candidaturas com saldos finais por receber, outras já aprovadas, assim como receitas da cantina escolar, bufete, ICNF entre outras, totalizando um montante igual a 6.895.601€.

Quadro 7 - Receitas provenientes de transferências de correntes

Receitas Fiscais	2023	2024	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Participação nos impostos do Estado	5 603 320	6 673 616	1 070 296	19,1%
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 033 381	3 966 254	-67 107	-1,7%
- Fundo Social Municipal	97 852	110 687	12 835	13,1%
- Participação fixa no IRS	124 045	126 980	2 935	2,4%
- Participação no IVA	46 634	74 241	27 607	59,2%
- N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	527 702	1 438 954	911 252	172,7%
- Transferência de Competências - Lei 50/2018	773 726	956 500	182 774	23,6%
Comparticipação a Fundo Perdido	305 060	134 498	-170 652	-55,9%
- De Protocolos com Administração Central	46 009	100	-45 909	-99,8%
- De Contratos com Fundos Autónomos	0	0	0	
- De Fundos Comunitários	259 051	134 308	-124 743	-48,2%
Outros	0	87 577	87 577	
Total	5 908 380	6 895 601	987 221	16,7%

3.3 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens e serviços correntes representa 8,1% (ver quadro 4) das receitas totais e 8,9% (ver quadro 6) das receitas não fiscais, onde têm especial relevância para 2024 as receitas provenientes dos três sistemas - água, saneamento e resíduos sólidos urbanos -, com uma previsão de 284.042€, 325.646€ e 239.088€, respetivamente.

Realçar que o presente orçamento já contempla os montantes provenientes do Estudo de Viabilidade Económico-financeira para os três sistemas, tendo em vista o planeamento das necessidades dos serviços a prazo e no cumprimento das recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR).

3.4 Transferências de capital

A estimativa orçamental para 2024 das receitas das transferências de capital, como se pode observar no quadro seguinte, sofre uma diminuição de 886.693€ (-34,5%), comparativamente à estimativa orçada para 2023.

Para além da diminuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), em 7.456€, destacamos que há data da preparação do orçamento municipal 2024 não existem decisões finais de candidaturas, quer com a administração central, quer provenientes do PT2030 ou PRR. No orçamento de 2023, já existiam termos de aceitação assinados.

Quadro 8 - Receitas provenientes de transferências de capital

(Un.: euro)

Receitas Fiscais	2023	2024	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Participação nos Impostos do Estado	448 151	440 695	-7 456	-1,7%
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	448 151	440 695	-7 456	-1,7%
Comparticipação a Fundo Perdido	2 123 451	1 244 214	-879 237	-41,4%
- De Protocolos com Administração Central	12 198	100	-12 098	-99,2%
- De Contratos com Fundos Autónomos	723 616	0	-723 616	-100,0%
- De Fundos Comunitários	1 387 637	1 244 114	-143 523	-10,3%
Outros	0	0	0	
Total	2 571 602	1 684 909	-886 693	-34,5%

4. Receitas não fiscais

Quadro 9 - Receita consignada

(Un.: euro)

Orçamento da Receita	Total	Peso
	Valor	%
Receita Consignada	2 445 909	22,66%
- Administração Central	1 067 387	9,89%
Fundo de Financiamento da Descentralização	956 500	8,86%
Fundo Social Municipal	110 687	1,03%
Fundo Ambiental	200	0,00%
- Compartições a fundo perdido	1 378 422	12,77%
Projetos co-financiados	1 378 422	12,77%
- Serviços e fundos autónomos	0	0,00%
IHRU - Programa 1º Direito	0	0,00%
- Empréstimos	100	0,00%
Receita não Consignada	8 347 254	77,34%
Receita Total	10 793 163	100,0%

Do total de 10.793.163€ previstos como receita para 2024, 2.562.359€ respeitam a receita consignada, cujo valor está afeto à cobertura de despesas específicas.

IV. PREVISÃO DE DESPESAS

1. Contextualização das Despesas

A **despesa municipal para 2024** repartida por despesa corrente e despesa de capital, é constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que **ascenda a 10.793.163€**, que corresponde a um acréscimo de 5,7 % relativamente ao ano de 2023.

Quadro 10 - Despesas por Classificação Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes a)	6 818 755	66,7%	7 446 363	69,0%	627 608	9,2%
Despesas com pessoal	2 959 382	29,0%	3 149 031	29,2%	189 649	6,4%
Aquisição de bens e serviços	2 772 540	27,1%	3 184 847	29,5%	412 307	14,9%
Juros e outros encargos	250 500	2,5%	242 528	2,2%	-7 972	-3,2%
Transferências correntes	771 834	7,6%	802 162	7,4%	30 328	3,9%
Subsídios	0	0,0%	0	0,0%	0	
Outras despesas correntes	64 499	0,6%	67 795	0,6%	3 296	5,1%
Despesas de Capital b)	2 690 226	26,3%	2 640 840	24,5%	-49 386	-1,8%
Aquisição de bens de capital	2 690 226	26,3%	2 640 840	24,5%	-49 386	-1,8%
Transferências de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	
Outras despesas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0	
Total das Despesas Efetivas c) = a) + b)	9 508 981	93,1%	10 087 203	93,5%	578 222	6,1%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	
Passivos financeiros	706 599	6,9%	705 960	6,5%	-639	-0,1%
Total das Despesas não Efetivas d)	706 599	6,9%	705 960	6,5%	-639	-0,1%
Total e) = c) + d)	10 215 580	100,0%	10 793 163	100,0%	577 583	5,7%

Em 2024 as **despesas de capital** sofrem uma **diminuição de 49.386€** o que representa uma variação negativa em termos percentuais, face ao ano de 2023, de 1,8%. Para este decréscimo concorre a diminuição da rúbrica de aquisição de bens de capital.

No que respeita às **despesas correntes** estima-se que, face ao ano anterior, apresentem em termos absolutos, um **acrécimo de 627.608€**. Para este acréscimo concorrem o aumento das rúbricas de aquisição de bens e serviços (412.307€), transferência correntes (30.328€) e das despesas com pessoal (189.649€).

2. Despesas correntes

As **despesas correntes** têm uma estrutura conforme quadro 10, tendo sido definidas por este executivo e em cumprimento do SNC-AP.

2.1 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal por natureza económica incluem todas as remunerações certas e permanentes dos colaboradores da autarquia por unidade orgânica (Assembleia Municipal e Câmara Municipal).

Está imputada à unidade orgânica Câmara Municipal, as remunerações dos colaboradores que asseguram o secretariado do presidente da assembleia municipal, em matéria de funcionamento de secretariado e apoio administrativo direto às reuniões, assegurando o apoio logístico, serviços de tratamento de texto, expedição de correspondência e serviços de reprografia bem como o tratamento do expediente necessário ao exercício de funções dos membros da assembleia municipal.

Em **2024** estima-se que as despesas com pessoal tenham um aumento de 6,4% face ao ano anterior, com uma dotação de 3.149.031€, que representam no total da despesa corrente 29,2% (ver quadro 10).

Quadro 11 - Despesas com Pessoal por Natureza Económica Excluindo Senhas dos Membros da Assembleia Municipal

(Un.: euro)

Designação	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações certas e permanentes	2 283 589	77,2%	2 511 744	79,8%	228 155	10,0%
Abonos variáveis e eventuais	73 114	2,5%	76 306	2,4%	3 192	4,4%
Segurança Social	602 679	20,4%	560 981	17,8%	-41 698	-6,9%
Total	2 959 382	100,0%	3 149 031	100,0%	189 649	6,4%

O acréscimo de 189.649€, deve-se essencialmente à orçamentação da atualização salarial prevista para o ano de 2024.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A centralização da função das compras, a implementação da contabilidade de custos, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas nas divisões municipais serão os instrumentos fundamentais à prossecução da contenção das despesas.

Com este propósito pretende-se dotar as rubricas do orçamento com valores que garantam estabilidade e sustentabilidade das necessidades municipais, tendo sempre como objetivo uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Quadro 12 - Despesas com Aquisição de Bens e Serviços Correntes por Natureza Económica

Designação da Rubrica	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Aquisição de Bens e Serviços a)	2 772 540	100,0%	3 184 847	100,0%	412 307	14,9%
Aquisição de Bens	850 902	30,7%	861 882	27,1%	10 980	1,3%
Matérias-primas e subsidiárias	500	0,0%	500	0,0%	0	0,0%
Combustíveis e lubrificantes - Gasóleo	70 000	2,5%	90 000	2,8%	20 000	28,6%
Combustíveis e lubrificantes - Outros	86 800	3,1%	54 729	1,7%	-32 071	-36,9%
Limpeza e higiene	43 186	1,6%	44 038	1,4%	852	2,0%
Alimentação - Refeições confeccionadas	10 000	0,4%	13 000	0,4%	3 000	30,0%
Alimentação - Géneros para confeccionar	87 000	3,1%	171 388	5,4%	84 388	97,0%
Vestuário e artigos pessoais	15 000	0,5%	21 200	0,7%	6 200	41,3%
Material de escritório	18 500	0,7%	15 600	0,5%	-2 900	-15,7%
Produtos químicos e farmacêuticos	138 850	5,0%	25 858	0,8%	-112 992	-81,4%
Produtos vendidos nas farmácias	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de consumo clínico	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de transporte - Peças	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Material de consumo hoteleiro	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Outro material - Peças	28 697	1,0%	27 107	0,9%	-1 590	-5,5%
Prémios, condecorações e ofertas	44 071	1,6%	54 000	1,7%	9 929	22,5%
Mercadorias para venda - Água	173 493	6,3%	200 833	6,3%	27 340	15,8%
Mercadorias para venda - Outras	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Ferramentas e utensílios	13 100	0,5%	16 700	0,5%	3 600	27,5%
Livros e documentação técnica	6 100	0,2%	4 260	0,1%	-1 840	-30,2%
Artigos honoríficos e de decoração	1 000	0,0%	600	0,0%	-400	-40,0%
Material de educação, cultura e recreio	27 000	1,0%	19 700	0,6%	-7 300	-27,0%
Outros bens	87 105	3,1%	101 869	3,2%	14 764	16,9%
Despesas de Serviços b)	1 921 638	69,3%	2 322 965	72,9%	401 327	20,9%
Encargos das instalações	224 878	8,1%	168 480	5,3%	-56 398	-25,1%
Limpeza e higiene	122 720	4,4%	152 622	4,8%	29 902	24,4%
Conservação de bens	57 264	2,1%	71 389	2,2%	14 125	24,7%
Locação de edifícios	200	0,0%	5 300	0,2%	5 100	2550,0%
Locação de material de informática	100	0,0%	200	0,0%	100	100,0%
Locação de material de transporte	100	0,0%	5 200	0,2%	5 100	5100,0%
Locação de outros bens	100	0,0%	200	0,0%	100	100,0%
Comunicações	61 300	2,2%	65 100	2,0%	3 800	6,2%
Transportes - Transportes escolares	90 000	3,2%	80 000	2,5%	-10 000	-11,1%
Transportes - Outros transportes	93 339	3,4%	53 738	1,7%	-39 601	-42,4%
Representação dos serviços	1 500	0,1%	2 500	0,1%	1 000	66,7%
Seguros - Seguros de viaturas	12 000	0,4%	21 327	0,7%	9 327	77,7%
Seguros - Seguros de Edifícios	19 600	0,7%	16 733	0,5%	-2 867	-14,6%
Seguros - Outros	13 280	0,5%	11 179	0,4%	-2 101	-15,8%
Deslocações e estadas	11 200	0,4%	10 840	0,3%	-360	-3,2%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	255 776	9,2%	355 332	11,2%	99 556	38,9%
Formação	22 627	0,8%	19 147	0,6%	-3 480	-15,4%
Seminários, exposições e similares	13 600	0,5%	17 700	0,6%	4 100	30,1%
Publicidade	80 191	2,9%	76 093	2,4%	-4 098	-5,1%
Vigilância e segurança	46 000	1,7%	59 381	1,9%	13 381	29,1%
Assistência técnica	180 931	6,5%	254 545	8,0%	73 614	40,7%
Outros trabalhos especializados	223 944	8,1%	55 979	1,8%	-167 965	-75,0%
Tratamento de Águas Residuais [Águas do Vale do Tejo, SA]	0	0,0%	118 573	3,7%	118 573	
Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos [RESIEST RELA]	0	0,0%	96 577	3,0%	96 577	
Utilização de infra-estruturas de transportes	100	0,0%	100	0,0%	0	0,0%
Serviços de saúde	7 700	0,3%	12 600	0,4%	4 900	63,6%
Encargos de cobrança de receitas	15 000	0,5%	20 000	0,6%	5 000	33,3%
Outros serviços - Outros Serviços	288 188	10,4%	412 130	12,9%	123 942	43,0%
Outros serviços - Iluminação Pública	80 000	2,9%	160 000	5,0%	80 000	100,0%
Total e) = c) + d)	2 772 540	100,0%	3 184 847	100,0%	412 307	14,9%

2.3 Encargos correntes da dívida

Os juros e outros encargos correntes representam 242.528€, diminuem em 3,2%, comparativamente com a previsão do ano anterior, no montante de 7.972€.

2.4 Transferências correntes

Na rubrica transferências correntes realça-se o facto da existência de um acréscimo de 30.328€, ou seja um aumento de 3,9%.

Quadro 13 - Despesas com Transferências Correntes por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências Correntes	771 834	100,0%	802 162	100,0%	30 328	3,9%
Freguesias	183 000	23,7%	203 500	25,4%	20 500	11,2%
Associações de Municípios	53 234	6,9%	90 112	11,2%	36 878	69,3%
Instituições sem fins lucrativos	228 600	29,6%	225 000	28,0%	-3 600	-1,6%
Famílias	306 900	39,8%	283 550	35,3%	-23 350	-7,6%
Outras	100	0,0%	0	0,0%	-100	-100,0%
Total	771 834	100,0%	802 162	100,0%	30 328	3,9%

2.5 Outras despesas correntes

As outras despesas correntes estão em linha com o orçamentado no ano anterior, apresentando apenas uma variação positiva de 3.296€ (5,1%). Realçar que parte do aumento se deve ao valor da taxa de gestão de resíduos (TGR), de acordo com as orientações da Agência Portuguesa do Ambiente, ter um aumento de 5€ por tonelada, face ao ano anterior.

Quadro 14 - Outras Despesas Correntes por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Outras Despesas Correntes	64 499	100,0%	67 795	100,0%	3 296	5,1%
Impostos e taxas	56 299	87,3%	58 995	87,0%	2 696	4,8%
Taxa de Gestão de Resíduos - TGR	38 364	59,5%	40 000	59,0%	1 636	4,3%
Taxa de Recursos Hídricos (Abastecimento)	9 394	14,6%	10 000	14,8%	606	6,5%
Taxa de Recursos Hídricos (Saneamento)	1 547	2,4%	2 000	3,0%	453	29,3%
Outras	6 994	10,8%	6 995	10,3%	1	0,0%
Restituições de impostos ou taxas cobrados	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outros	8 200	12,7%	8 800	13,0%	600	7,3%
Outras restituições	1 500	2,3%	100	0,1%	-1 400	-93,3%
IVA pago	100	0,2%	100	0,1%	0	0,0%
Serviços bancários	3 500	5,4%	3 500	5,2%	0	0,0%
Outras	3 100	4,8%	5 100	7,5%	2 000	64,5%
Total	64 499	100,0%	67 795	100,0%	3 296	5,1%

3. Despesas de Capital

As **despesas de capital** em 2024 representarão 24,5% (ver quadro 10) da despesa total, com um valor de 2.690.840€. Face ao ano transato regista-se uma diminuição de 49.386€

3.1 Aquisição de bens de capital

Neste agrupamento económico, com um valor orçado de **2.690.840€**, destacam-se os valores mais significativos em investimentos que se encontram mencionados no quadro seguinte:

- Viadutos, arruamentos e obras complementares – 429.872€;
- Mercados e instalações de fiscalização sanitária – 365.443€;
- Creches – 285.731€

O montante presente na classificação orçamental “creches” é um investimento financiado na candidatura n.º PRR-RE-C03-i01-04-000065, designada “*Reutilização do edifício devoluto do antigo Jardim de Infância da Freguesia de Inífas, convertendo-o em Creche*”. Esta candidatura já foi aprovada pelas entidades competentes.

- Sistemas de drenagem de águas residuais – 136.619€;

O montante presente na classificação orçamental “sistemas de drenagem de águas residuais” é um investimento direcionado para as infraestruturas para as águas residuais, nomeadamente na construção de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais.

- Outros – 134.085€.

O montante presente na classificação orçamental “outros” é um investimento financiado pelo PRR a 100%, previsto na candidatura dos Bairros Comerciais Digitais. Esta candidatura já foi aprovada pelas entidades competentes.

Quadro 15 - Aquisição de Bens de Capital por Natureza Económica

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	2023		2024		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos	2 690 226	100,0%	2 640 840	100,0%	-49 386	-1,8%
Terrenos	7 500	0,3%	10 000	0,4%	2 500	33,3%
Habitacões	315 150	11,7%	119 036	4,5%	-196 114	-62,2%
Construção	0	0,0%	100	0,0%	100	
Aquisição	300	0,0%	400	0,0%	100	33,3%
Reparação e beneficiação	314 850	11,7%	118 536	4,5%	-196 314	-62,4%
Edifícios	739 006	27,5%	913 301	34,6%	174 295	23,6%
Instalações de serviços	10 100	0,4%	58 677	2,2%	48 577	481,0%
Instalações desportivas e recreativas	0	0,0%	50 000	1,9%	50 000	
Mercados e instalações de fiscalização sanitária	500 512	18,6%	356 443	13,5%	-144 069	-28,8%
Creches	0	0,0%	285 731	10,8%	285 731	
Escolas	228 394	8,5%	162 450	6,2%	-65 944	-28,9%
Construções diversas	750 369	27,9%	586 217	22,2%	-164 152	-21,9%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	432 069	16,1%	429 872	16,3%	-2 197	-0,5%
Parques e jardins	105 800	3,9%	25 700	1,0%	-80 100	-75,7%
Instalações desportivas e recreativas	12 500	0,5%	7 600	0,3%	-4 900	-39,2%
Captação e distribuição de água	30 000	1,1%	100	0,0%	-29 900	-99,7%
Viação rural	0	0,0%	1 000	0,0%	1 000	
Sinalização e trânsito	50 000	1,9%	36 645	1,4%	-13 355	-26,7%
Cemitérios	95 000	3,5%	80 000	3,0%	-15 000	-15,8%
Outros	25 000	0,9%	5 300	0,2%	-19 700	-78,8%
Equipamento de informática	26 857	1,0%	76 350	2,9%	49 493	184,3%
Software informático	90 283	3,4%	214 950	8,1%	124 667	138,1%
Equipamento administrativo	55 750	2,1%	18 400	0,7%	-37 350	-67,0%
Equipamento básico	55 790	2,1%	68 458	2,6%	12 668	22,7%
Outro	55 790	2,1%	68 458	2,6%	12 668	22,7%
Ferramentas e utensílios	44 600	1,7%	35 200	1,3%	-9 400	-21,1%
Artigos e objectos de valor	100	0,0%	200	0,0%	100	100,0%
Outros investimentos	0	0,0%	198 414	7,5%	198 414	
Locação financeira	467 960	17,4%	30 700	1,2%	-437 260	-93,4%
Material de transporte	467 960	17,4%	30 700	1,2%	-437 260	-93,4%
Bens de domínio público	136 861	5,1%	369 614	14,0%	232 753	170,1%
Outras construções e infraestruturas	77 219	2,9%	331 204	12,5%	253 985	328,9%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	20 100	0,7%	100	0,0%	-20 000	-99,5%
Sistemas de drenagem de águas residuais	36 719	1,4%	136 619	5,2%	99 900	272,1%
Iluminação pública	20 000	0,7%	0	0,0%	-20 000	-100,0%
Parques e jardins	0	0,0%	200	0,0%	200	
Instalações desportivas e recreativas	200	0,0%	200	0,0%	0	0,0%
Infraestruturas para distribuição de energia eléctrica	0	0,0%	60 000	2,3%	60 000	
Outros	200	0,0%	134 085	5,1%	133 885	66942,5%
Bens do património histórico, artístico e cultural	59 642	2,2%	38 410	1,5%	-21 232	-35,6%
Total e) = c) + d)	2 690 226	100,0%	2 640 840	100,0%	-49 386	-1,8%

Relativamente à aquisição de bens de capital prevê-se uma diminuição de 1,8%, com um valor de - 49.386€, face a 2023.

4. Serviço da Dívida

O contrato celebrado com o Fundo de Apoio Municipal, contemplou o pagamento de 100% do capital em dívida do Plano de Reequilíbrio Financeiro, contraído junto da CGD e do BCP, acrescido de passivos contingentes.

Para o ano 2024 prevê-se um total de encargos com o serviço dívida de 948.488€.

Quadro 16 - Empréstimo de Médio e Longo Prazo

Data do Contrato de Empréstimo	Finalidade	Entidade Credora	Capital Contratado	Utilizado até 2020	Amortização	Amortização Total	Juros	Capital em dívida em 31/12/2024	
30/06/2017	Plano de Apoio Municipal	FAM	32.620.057€	32.620.057€	28.705.594€	705.960€	3.093.986€	242.528€	24.905.648€

5. Estrutura e Distribuição do Orçamento pelos Serviços Responsáveis

5.1 Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A despesa total, é distribuída por funções e subfunções de acordo com o classificador funcional em vigor e releva o esforço financeiro desenvolvido por cada uma destas funções, de acordo com os objetivos finais desta Autarquia - Contenção de Despesa.

A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue prudentemente as atividades desenvolvidas pelas respetivas unidades orgânicas, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

As atividades desenvolvidas pelas Divisões Municipais ou equiparadas foram imputadas às respetivas funções, conforme a finalidade da despesa.

5.2 Objetivos Estratégicos

As despesas relevantes em termos de objetivos estratégicos que concorreram para os objetivos, programas, projetos ou atividades e ações que estão refletidas na Grandes Opções do Plano (GOP) que integraram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Mapa Plurianual das Atividades mais relevantes (PAR) constam do quadro seguinte:

Quadro 17 - Orçamento por Eixos e Programas das Grandes Opções do Plano (GOP), não contabilizando as Extra GOP

N.º Eixo e Programa	Designação de Eixos e Programas	Valor	%
I	Promover uma Comunidade Inclusiva e Saudável	898 565	8,33%
	Programa de Transferência de Competências de Ação Social	39 830	0,37%
	Programa de apoio a grupos vulneráveis	858 735	7,96%
II	Promover o Desenvolvimento Económico de Fornos de Algodres	1 056 509	9,79%
	Programa de Valorização e Dinamização da Economia	803 147	7,44%
	Programa de Valorização da Produção Local	96 355	0,89%
	Programa Estratégico de Promoção Turística	157 007	1,45%
III	Valorizar a Floresta, espaços verdes e Garantir a Proteção de Pessoas e Bens	546 537	5,06%
	Programa de Proteção de Bens e Pessoas	184 500	1,71%
	Programa de Valorização da Floresta e Espaços Verdes	362 037	3,35%
IV	Prestar serviços de excelência e inovadores	4 504 154	41,74%
	Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados	4 504 154	41,74%
IV	Disponibilizar Excelência ao nível do ensino e do desenvolvimento das nossas crianças	1 489 329	13,80%
	Programa de Ação Local para Juventude em Fornos de Algodres	386 682	3,58%
	Programa de Requalificação da Escola de Figueiró da Granja	50 400	0,47%
	Programa da Descentralização da Educação	1 052 247	9,75%
V	Assegurar uma oferta cultural e desportiva diversificada e de qualidade	501 665	4,65%
	Programa CulturFornos	357 400	3,31%
	Programa de Promoção da Atividade Física e Desportiva	144 265	1,34%
VI	Melhorar o espaço urbano, as infraestruturas municipais e a sustentabilidade ambiental	1 705 267	15,80%
	(PM1) Programa Municipal de Gestão Hídrica	257 086	2,38%
	(PM2) Programa Municipal de Gestão de Águas Residuais	289 861	2,69%
	(PM3) Programa de Gestão de Resíduos e Economia Circular	261 472	2,42%
	(PM4) Programa de Promoção da Eficiência Energética	5 451	0,05%
	(PM5) Programa Municipal de Mobilidade Sustentável	900	0,01%
	(PM6) Programa Municipal de Educação Ambiental	33 445	0,31%
	(PM7) Programa Municipal de Promoção do Bem Estar Animal	50 780	0,47%
	Programa de Melhoria do Espaço Urbano	652 854	6,05%
	Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva das Infraestruturas Municipais	153 418	1,42%
VII	Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com outras Instituições do Território	89 637	0,83%
	Realizar Projetos Relevantes para o concelho em Parceria com outras Instituições do Território	89 637	0,83%
		10 791 663	100,00%

Estas despesas resultam do programa autárquico 2021-2025 sufragado a 26 de setembro de 2021. O valor afeto a cada uma das ações resulta da imputação prevista para o exercício económico de 2024.